

## Resenha “Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)”

Paulo Anós Té \*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-9033-9048>

### RESUMO

O livro discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994) analisa o processo de construção do Estado-nação na Guiné-Bissau, tendo como foco reflexivo as narrativas da identidade nacional, articulando-as com os conceitos de cultura, unidade nacional, diversidade étnica e religiosa. Portanto, a concepção do Estado-nação na Guiné-Bissau deve ser compreendida como uma forma de resistência e revoltas feitas pelos popular e movimentos nacionalistas contra o regime colonial português.

### PALAVRAS-CHAVE

Discurso; Etnicidade; África

A presente resenha apresenta o livro da profa. Dr.<sup>a</sup> a Artemisa Odila Cande Monteiro, intitulado “**Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)**”. A obra é o resultado de uma pesquisa de tese de doutorado defendida pela autora em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil. A obra apresenta as dinâmicas sócio-históricas, políticas, culturais e relações de poder que alguns Estados africanos, em geral, e a Guiné-Bissau, em particular, tem passado ao longo do processo da invasão colonial, de luta de libertação nacional, da implementação de um Estado independente e das situações que levaram adoção do regime pluripartidário. Com isso, autora busca através das explicações teóricas e analíticas explicar o processo da construção do Estado Nacional a partir das explicações endógenas sem, no entanto, esquecer as influências externas na condução da independência dos Estados africanos.

Para compor as argumentações do livro, a autora analisa o processo da construção do Estado nacional na Guiné-Bissau a partir das reflexivas narrativas da identidade nacional, articulando-as com os conceitos da cultura, da unidade e da diversidade étnica no país. Autora do livro, Artemisa Odilca Candé Monteiro, é uma guineense professora, pró-Reitora de Relações Institucionais e Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Coordenadora da Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) em Cooperação com a Comunidade

---

\* Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL/Brasil. Tem interesse no campo da Ciência Política, com ênfase nas instituições políticas, partidos políticos, representações políticas e democracia. E-mail: [pauloanoste0@gmail.com](mailto:pauloanoste0@gmail.com)

Paulo Anós Té, Resenha “Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau....

dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na UNILAB e coordenadora da comissão multidisciplinar da escrita de história da luta de libertação nacional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) do subprojeto da Guiné-Bissau. Autora possui um amplo gama de publicações e vem dedicando-se nas seguintes temáticas de pesquisa: Estudos africanos, Sociologia Africana, História da África com ênfase nas identidades africanas, mulheres africanas e gênero em África, nação, nacionalismo especificamente na literatura bissau-guineense. Internacionalização na perspectiva Sul-Sul, identidades negras, mulheres negras e sua correlação com estéticas africanas e suas representações.

Albergando esses campos de pesquisa, a autora sucinta uma obra que aborda a questão do discurso nacional e etnicidade em África, tendo a Guiné-Bissau como estudo de caso. A obra é um resultado de um esforço feito pela autora para reunir os elementos históricos, as referências bibliográficas, os documentos e as entrevistas com os antigos combatentes, para, de fato, demonstrar as interpretações das historiografias da construção da nação em África e particularmente na Guiné-Bissau.

O livro apresenta um panorama do processo de construção do Estado nacional na Guiné-Bissau, tendo como foco reflexivo as narrativas da identidade nacional em articulação com os conceitos de cultura, unidade nacional e diversidade étnica, sendo dividido em cinco partes que tratam do recorte temporal (1959-1994), analisando: o processo de fundação do Estado-Nação; da Guiné-Portuguesa à Guiné-Bissau (as resistências primárias e secundárias, a ocupação efetiva e as campanhas de “pacificação”); a figura de Amílcar Cabral no contexto do pós-guerra; a guerra de libertação nacional; a Guiné-Bissau no contexto das independências africanas; e os desafios e possibilidades da Guiné-Bissau após a independência até às primeiras eleições multipartidárias em 1994.

A autora, a partir de uma perspectiva de pensadores africanos e não africanos, comprehende a nação como “comunidade de destino partilhada por meio de unidade política”. Essa perspectiva guiou toda análise apresenta do livro. No que concerne à nação, autora num diálogo com Amílcar Cabral entende que a nação além de ser uma comunidade imaginada, ela deve ser compreendida, no contexto bissau-guineense, como uma reação e/ou enfrentamento dos africanos em relação à invasão e à colonização estrangeira, visando afirmar: sua autonomia, independência e soberania nacional. A construção da Guiné-Bissau como uma nação é o resultado de uma nação africana forjada na luta, devendo pautar na construção de uma mulher nova e de um homem novo, no reforço da consciência de pertencia e na descolonização mental, como aduz Cabral.

O sistema colonial implantou no contexto africano as políticas de “dividir para melhor reinar”<sup>1</sup> e o comércio de escravizados em todos as faixas etárias, transformando os seres humanos como simples objetos que poderiam ser vendidos e revenidos em quaisquer circunstâncias. Por terem alteradas as configurações de algumas sociedades africanas, o processo da descolonização dos países africanos deveria pautar na unidade africano como um fator principal de libertação nacional, ou seja, a união faz e dá força.

Na sequência disso, os movimentos nacionalistas e/ou partidos políticos tiveram papéis importantes na luta de libertação e, sobretudo, no processo da construção de Estado-nação em África. Importa salientar que a concepção de Estado-nação após as independências deve ser compreendida como a(s) resistência(s) popular(es), que tomou diferentes formas: desde as resistências primárias, secundárias, das massas, revolta contra os impostos e trabalhos forçados, greves e interrupções de trabalho, resistência religiosa, a revolta das elites até a luta armada. Nesse sentido, o nacionalismo nasceu através das revoltas desencadeadas pelos movimentos nacionalistas africanos.

Nesse sentido, os primeiros partidos políticos surgiram com intuito de reivindicar a soberania dos povos africanos, o respeito pelos direitos humanos, a liberdade, igualdade – direitos que eram ignorados pelos invasores. Esses partidos foram alicerces importantes na formação de Estado-nação. Contudo, após a independência, muitos desses partidos entraram em contradição de suas ideologias defendidas, quando os interesses de certas elites passaram a construir a preocupação principal em relação à da massa como, por exemplo, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Na Guiné-Bissau, o nacionalismo bissau-guineense, após a independência, já não podia fornecer respostas sérias e certas aos problemas da população. Sem apresentar as soluções reais para os problemas, os líderes recorriam as mesmas justificativas: o mito da unidade nacional, para escamotear as desigualdades e os problemas sociais que afetavam o país. Na segunda parte, a autora trata do processo da ocupação efetiva e da luta de libertação nacional, parte aos quais a autora vai trazer algumas análises históricas e debates sobre a “expansão ultramarina”, o comércio transatlântico de escravizados, da

<sup>1</sup> Essa divisão não se limitava apenas ao setor administrativo, mas sim abrangia toda a configuração social do país que estava hierarquicamente dividida em civilizados, não civilizados, assimilados e “indígenas” ou gentios, distribuídos entre brancos, pretos e mestiços [...]. A população, de certo modo, era dividida em dois blocos: de um lado, a população nativa (denominada pelos portugueses de indígena), não falantes do português; e, do outro, uma pequena minoria constituída por grumetes, isto é, os cristianizados falantes de português. Nesses dois blocos encontravam-se os grupos com uma organização hierarquizada (nobres, homens livres, artesãos reagrupados em castas, ferreiros, entre outros) e alguns estavam organizados em pequenos “Estados”, a exemplo dos fulas e mandingas, sendo que esses últimos tinham o domínio do Império de Mali e eram considerados guerreiros e altos comerciantes (p.119-120).

ocupação efetiva como desdobramento da formação do império português, das resistências primárias à colonização, a escravidão e a criação dos primeiros movimentos nacionalistas na década de 1950. A autora salienta que a desumanização, opressão e brutalidade que os bissau-guineense foram submissos estão na base da reorganização dos perfis dos movimentos nacionalistas, em tensão/contraposição às forças invasores.

Quanto as resistências primárias, autora salienta que, sim, houve várias resistências à escravidão e a dominação colonial portuguesa, contribuindo para “desmistificar a concepção de passividade atribuída aos africanos durante os séculos da colonização” (p.122). Essa descrição da autora evidencia a deturpação das interpretações da historiografia africana para desmistificar as narrativas ocidentalocêntricas que afirmavam (e ainda afirmam) com toda justeza de que os africanos nunca resistirem a invasão estrangeira.

As primeiras resistências tiveram marcadores regionais étnicos, devido à configuração do país, dado que cada grupo pertence a um território. Nesses territórios as resistências foram desencadeadas. As resistências estavam ligadas a abusos na coleta de impostos e na imposição de trabalhos forçados, na emigração – dos manjacos, mancanhas, felupes para Casamance, na República de Senegal. Ademais, outras resistências também foram desencadeadas contra a política da campanha de pacificação comandado por João Teixeira Pinto. O que impulsionou tais resistências foram: a destituição do poder local dos africanos, os abusos de direitos locais, a imposição cultural, linguística e a falta de liberdade.

As resistências primárias foram as bases para o surgimento das resistências secundárias e, consequentemente, os movimentos nacionalistas, criados por algumas elites locais contra a submissão e a dominação estrangeira. As primeiras resistências reforçaram as segundas, dando as bases para a conquista da independência. Os interesses da elite intelectual estavam na base da busca da autonomia política, soberania, liberdade e da independência. As elites bissau-guineenses acabaram por organizar na década de 1950 vários movimentos para promover as ações políticas contraofensivas contra a ocupação portuguesa. Um dos líderes das resistências secundárias trata-se de Amílcar Lopes Cabral. Assunto que mereceu uma atenção especial na parte três do livro.

Na terceira parte do livro, autora demonstra como movimentos nacionalistas foram construídas, dando a ideia de um Estado binacional – entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, com base na ligação histórica entre os povos das então colônias portuguesas –, quando Amílcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Júlio

de Almeida e Fernando Fortes, fundaram o PAIGC em 1956. Entretanto, para autora, a data da criação do PAIGC em 1956 é um dissenso da/na historiografia da luta de libertação nacional, pois o partido só se consolidou em após o massacre de Pindjiguiti. Essa perspectiva compartilhar por alguns estudiosos reforçam a não fundação do partido em 1956. Junto a isso, autora demonstra como o massacre de Pindjiguiti contribuiu na mudança das estratégias ao enfrentamento das autoridades coloniais português, justificando também a ideia de uma única frente para a luta de libertação nacional.

Essas organizações, comandados pela elite, desempenharam um papel importante na condução de projeto políticos que culminaram com a luta de libertação nacional em 1963. A criação da frente única para luta de libertação, a unidade entre as diferentes sociedades locais sem a distinção étnica, social e a incorporação dos camponeses nas estruturas do partido, contribuíram para/no processo de reforço da consciência dos populares e da adesão massiva dos populares à luta armada de libertação nacional.

Na quarta parte, a autora narra o processo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde, destacando as articulações, orientações e resoluções do Congresso de Cassacá e as primeiras diretrizes do Estado em construção. A autora consegue fazer uma leitura matizada da Batalha de Como (1964) e a sua relação com o I Congresso de Cassacá. Esses dois acontecimentos alteraram de forma significativa o desenvolvimento da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau.

A partir desses dois marcos, o partido “reformulou a sua estrutura para uma evolução consistente da luta, criando alicerces para a geração do embrião do futuro Estado” (p.200). Com isso, iniciou-se a formação de uma nova etapa na reformulação das estratégias da luta de libertação nacional e na criação de novas frentes de combate, da reconstrução e reorganização nacional das áreas libertadas. A luta teve uma participação massiva das mulheres na engenharia da luta, sendo suportes principais da manutenção das bases da luta, participaram também das guerrilhas e das operações, apesar da historiografia da luta de libertação ter “invisibilizado as suas lutas”, elas tiveram papéis importantes na descolonização.

Junto a isso, autora traz reflexões da evolução da luta de no contexto internacional, destacando o papel de Amílcar Lopes Cabral (com o pseudônimo de Abel Djassi) na condução da luta dos dois povos, ou seja, entre a Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, formando, naquela altura, a Frente Revolucionária para Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAIN), fato que ajudou os líderes a obteres auxílios materiais, militares, políticos financeiros e técnicos em diversos países como: A União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Cuba, Inglaterra, China, Organização Africana e das Nações Unidas. Essas ajudas foram importantes no desenvolvimento da luta e da conquista da soberania. É nesses termos que os nacionalistas bissau-guineenses e cabo-verdianos, através da ideia da unidade baseado no pan-africanismo e da União Africana, deram conta da necessidade de intensificação da descolonização por via armada, pois já era impossível obter a independência por via pacífica.

Amílcar Cabral, apesar de traçar as estruturas do Estado através da Constituição, métodos, eleitorais, Assembleia Nacional Popular e outras estruturas do Estado, foi assassinado em 20 de janeiro de 1973 antes da proclamação da independência do país. A morte de Cabral representa, para autora, o pior golpe que o partido sofreu, dado que, naquele momento “morreu não apenas o ideólogo do partido como também de todo o projeto visionário de um Estado nacional centrado na justiça, liberdade, igualdade de todos os cidadãos e na unidade binacional” (p.212). Após a sua morte a luta de libertação continuou sendo, portanto, realizado o II Congresso em Boé que priorizou de forma decisiva a independência nacional, sob viés de um Estado binacional.

A última parte do livro trouxe o debate a respeito da Guiné-Bissau no contexto das independências africanas e o nascimento de um Estado africano, analisando os desafios e possibilidades. Após independência, o Estado da Guiné-Bissau foi governado pelo regime do partido único (1973-1991). Esse período foi marcado pelas crises políticas, socioeconômicas e ausência de sinais de desenvolvimento. O próprio PAIGC mergulhou-se nas contradições ideológicas e políticas. Essa situação levou o primeiro golpe no país em 1980, denominado do movimento reajustador. Muitos bissau-guineenses aderiram o golpe, justificando isso como uma das formas para lenificar as amarguras. Entretanto, apesar de houver a diminuição de morte nos primeiros meses, a situação continuou piorando, pois houve crescente crise política, perseguições e assassinatos. Portanto, os anos que seguiram à independência foram marcadas pela disfuncionalidade do Estado e pelas dificuldades na construção de um Estado democrático, conforme idealizado pelo PAIGC na luta de libertação.

Nesse epílogo, autora salienta que essas instabilidades e sucessivas crises políticas e econômicas ocasionaram pressões internas e externas que culminaram com abertura política declarada em 1991. Entretanto, o advento do multipartidarismo acabou, conforme autora, por trazer emergência das narrativas étnicas na política bissau-guineenses, ou seja, os políticos manipulam alguns grupos étnicos para as barganhas políticas, instrumentalizando as identidades étnicas e religiosas. Por fim, a cultura

Paulo Anós Té, Resenha “Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau....

autoritária e totalitária pode minar as instituições e o processo da consolidação democrática. Ademais, as sucessivas instabilidades políticas, cíclicas interrupções democráticas, mudanças constantes de governos, são alguns dos fatores que contribuem para o “subdesenvolvimento” e a instabilidade governativa do país.

Indubitavelmente, o trabalho da autora é de suma importância sobre a problematização do processo da construção do Estado-nação na Guiné-Bissau, seja nas resistências, envolvendo lutas, resistências, seja nos processos pós-independência marcados por disfuncionalidade do Estado, pois essas interpretações ajudam o/a leitor/a a compreender os processos que envolvem a construção de um Estado bissau-guineense marcados pelas falhas na edificação de um Estado democrática. Com isso, a autora anseia o seguinte: “espero que os resultados desta pesquisa plasmados no presente livro possam contribuir para a compreensão política da África contemporânea e para debates que assumem um lugar relevante nas Ciências Sociais na atualidade, particularmente o papel das identidades étnicas e das soberanias nacionais na conformação da democracia” (p.42). Este é o convite a todo(a)s.

#### **Dados da obra**

Autora: Artemisa Odila Candé Monteiro

Título: DISCURSO NACIONAL E ETNICIDADE EM ÁFRICA

Subtítulo: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)

Edição: 1<sup>a</sup>/ Ano de publicação: 2020.

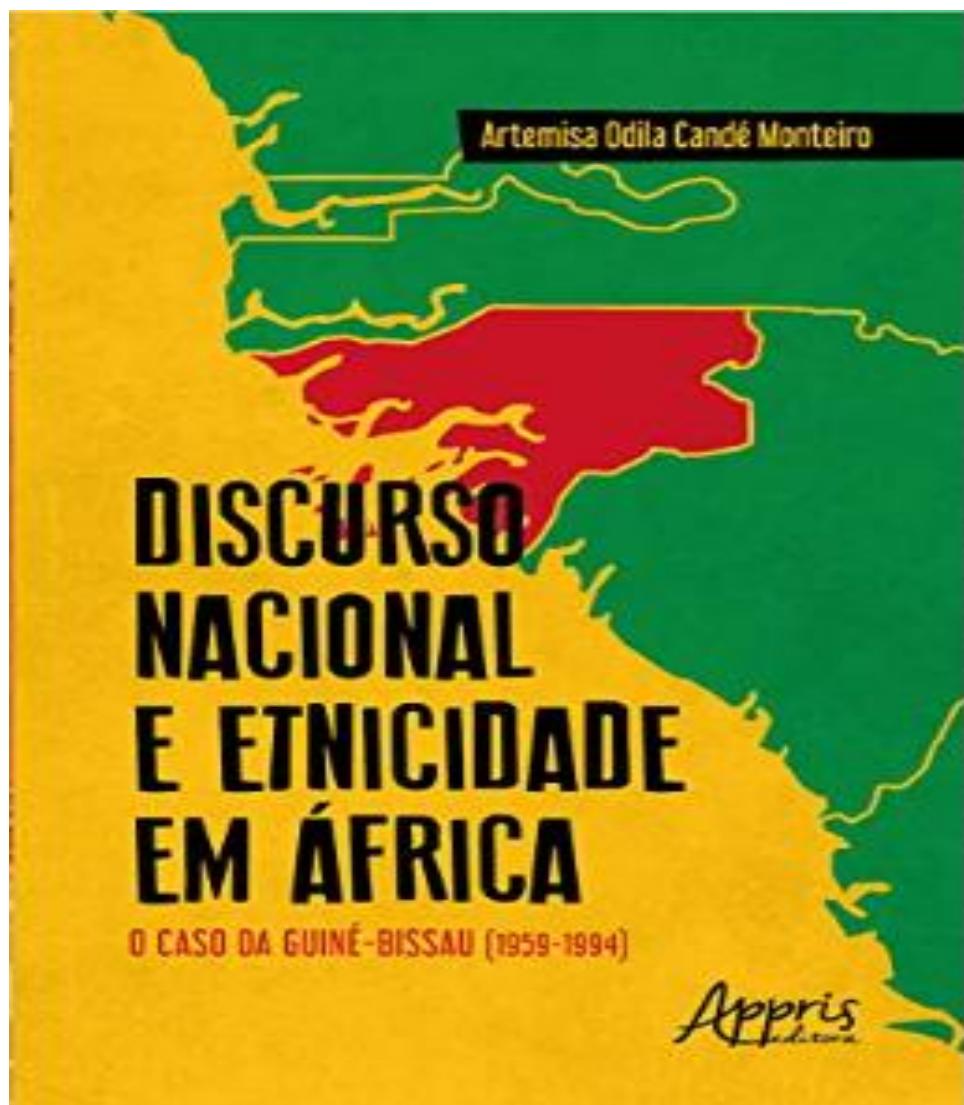
País: Brasil / Editora: Appris – Curitiba

ISBN 978-85-473-3884-8 / Número de páginas: 304.

**Foto:** Artemisa Odila Candé Monteiro



**Fonte:** site da UNILAB



Recebido em: 23/02/2025

Aceito em: 24/06/2025

**Para citar este texto (ABNT):** TE, Paulo Anós. Resenha “Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.5, nº 2, p. 351-358, jul./dez.2025.

**Para citar este texto (APA):** Té, Paulo Anós. (jul./dez.2025). Resenha “Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 5 (2): 351-358.